



Leituras da cidade do Rio de Janeiro: Sobre antigos olhares e novas disputas

Autores:

Luiza Xavier Pereira - PROURB - luizaxavierx@gmail.com

Resumo:

O artigo pretende tratar da construção de representações sobre espaços do Rio de Janeiro e sua influência no processo de segregação socioespacial vivido historicamente na cidade. Parte-se aqui do entendimento que a construção simbólica de categorias como "favela", "subúrbio" e "Zona Sul" é própria a discursos e conteúdos ideológicos que, não só ignoram parte da história da cidade e de suas vivências, mas também a pluralidade de seus conteúdos socioespaciais. Ademais, implicariam na omissão e distorção de fenômenos urbanos, além de influenciar na definição de prioridades e tipos de intervenção nas políticas públicas. Partindo de tal contexto, busca-se fazer um breve resgate histórico sobre o processo de construção de tais representações na cidade para compreender o contexto vivido atualmente nela. Em seguida, propõe-se uma reflexão sobre possibilidades de se questionar e disputar tais visões de mundo. Como possível caminho, serão apontadas representações construídas por moradores do Complexo de favelas da Maré que, através de fotografias, materiais audiovisuais, peças de teatro e exposições, vêm construindo e divulgando olhares que, não só questionam estigmas endereçados a favelas da cidade, como colocam-se na disputa por outras visões sobre Rio de Janeiro como um todo.

Leituras da cidade do Rio de Janeiro:

Sobre antigos olhares e novas disputas

RESUMO

O artigo pretende tratar da construção de representações sobre espaços do Rio de Janeiro e sua influência no processo de segregação socioespacial vivido historicamente na cidade. Parte-se aqui do entendimento que a construção simbólica de categorias como "favela", "subúrbio" e "Zona Sul" é própria a discursos e conteúdos ideológicos que, não só ignoram parte da história da cidade e de suas vivências, mas também a pluralidade de seus conteúdos socioespaciais. Ademais, implicariam na omissão e distorção de fenômenos urbanos, além de influenciar na definição de prioridades e tipos de intervenção nas políticas públicas. Partindo de tal contexto, busca-se fazer um breve resgate histórico sobre o processo de construção de tais representações na cidade para compreender o contexto vivido atualmente nela. Em seguida, propõe-se uma reflexão sobre possibilidades de se questionar e disputar tais visões de mundo. Como possível caminho, serão apontadas representações construídas por moradores do Complexo de favelas da Maré que, através de fotografias, materiais audiovisuais, peças de teatro e exposições, vêm construindo e divulgando olhares que, não só questionam estigmas endereçados a favelas da cidade, como colocam-se na disputa por outras visões sobre Rio de Janeiro como um todo.

INTRODUÇÃO

O espaço físico urbano demonstra hierarquias e distâncias sociais da sociedade que ali habita. Nele, é possível encontrar representações das relações sociais estabelecidas na sociedade, nas quais estarão contidas as visões de mundo de tal sociedade. Neste contexto, o espaço físico será não apenas uma espécie de tradução das relações sociais como também onde o poder se afirma e se exerce (SOUZA, 2010). Compartilha-se aqui as colocações de Rolf de Souza (2010) de que grupos humanos criam suas fronteiras físicas ou simbólicas para demarcar seus territórios. Aos que compartilham os mesmos códigos culturais, os limites de tais fronteiras são claros, não precisando, necessariamente, mostrar-se por artifícios físicos. Afinal, seus limites irão inscrever-se simbolicamente nos próprios membros da sociedade. No Rio de Janeiro, tais fronteiras podem ser vistas através das relações de imaginários construídos sobre categorias próprias à cidade, tais como "favela", "subúrbio" e "Zona Sul", construções que teriam sido impulsionadas a partir do início do século XX.

Considerando-se as representações endereçadas às favelas, é possível dizer que desde tal período há a tendência de se ler o tema de tal categoria e de seus moradores através do viés da violência e da ausência. Esta construção conceitual levaria a interpretações dicotômicas da cidade – através de ideias como cidade/favela, morro/asfalto, legal/ilegal. A favela seria entendida como o “avesso” da cidade, aqueles territórios sem lei, à parte, sem Estado. Seriam o oposto da ordem e da formalidade da cidade, produzidos ao contrário das práticas normatizadoras da sociedade – no plano urbanístico, jurídico, político, entre outros (ROSA, 2018). A criação do conceito carioca de “subúrbio”, da mesma forma, também indica o desejo de se estabelecer determinadas fronteiras simbólicas na cidade. Como será visto à frente, autores como Nelson da Nóbrega Fernandes irão defender que as intenções e o desenvolvimento da política urbana vistas a partir das reformas do Prefeito Pereira Passos “procuraram desmoralizar o subúrbio quanto o lugar das classes subalternas na cidade” (FERNANDES, 2011, p.17), uma forma de abordagem vista ainda hoje. Importante pontuar que a visão totalizante sobre a cidade e a dicotomia entre as “partes duais” estariam ignorando que tais espaços são parte integrante da cidade. Da mesma forma, ao estigmatiza-los, acaba-se por invisibilizar quem vive neles, suas práticas, relações e disputas.

Frente a este panorama, é crescente – por outro lado – um movimento que pretende questionar e disputar as representações que estigmatizam determinadas áreas da cidade (como favelas e o subúrbio). Manifestado principalmente a partir da cultura, tal movimento teria influência do trabalho recente de grupos e também de ONGs que vêm desenvolvendo nos últimos anos projetos culturais voltados para a recuperação da memória social e para a consolidação de identidades positivas em distintas favelas e periferias do Rio de Janeiro (SILVA, 2010). Neste contexto, através de linguagens como a da fotografia, do audiovisual, do teatro, entre outros, jovens têm se proposto a retratar seus cotidianos, a história local, assim como seus olhares sobre diferentes assuntos relativos à temática urbana. As visões de mundo impressas em tais materiais questionam a imposição histórica de certas fronteiras que se reproduzem no Rio de Janeiro.

Desde a década de 1990, tal movimento vem crescendo em diferentes áreas da cidade assim como do país (FAUSTINI, 2012). Neste artigo, propõe-se olhar a pluralidade de representações oriundas de favelas do Complexo da Maré. Situado na Zona Norte do Rio de Janeiro – em uma área considerada como pertencente ao subúrbio carioca –, a Maré é um local não apenas pioneiro sobre o assunto pelas iniciativas que lá surgiram, mas que, ainda hoje, se destaca pela quantidade, qualidade e impacto de construções do gênero. Vale destacar aqui que a Maré é conhecida por seu histórico de resistência e luta, tendo há décadas questionado a forma como o espaço é inserido na agenda da cidade. Sendo um dos maiores conjuntos de favelas do Brasil, com mais de 130 mil habitantes entre dezesseis distintas favelas, ocupa um importante espaço tanto na geografia da cidade quanto no imaginário do Rio de Janeiro. Lá, através de distintas linguagens e plataformas de comunicação (sendo estas virtuais ou não), moradores de diferentes favelas não só abordam questões como a desconstrução de estigmas históricos, como também revelam as percepções dos moradores sobre vivências locais. Além disso, falam sobre códigos e valores impressos no espaço e apontam – consequentemente – para entendimentos sobre a cidade como um todo. Tais construções seriam um caminho para disputar-se certas representações criadas sobre o Rio de Janeiro, os quais implicariam nas visões dicotômicas supracitadas.

Visando uma melhor compreensão sobre certas representações difundidas no contexto atual pelo pensamento (entendido como) hegemônico, propõe-se a seguir estruturar uma breve revisão bibliográfica de alguns autores que tratam da temática por um resgate histórico. Parte-se aqui do entendimento de que representações construídas e reproduzidas pelo poder público, por formadores de opinião – como jornalistas e escritores –, pelo senso comum e, inclusive, pela academia¹, fariam parte do processo de implantação de um determinado projeto de cidade e da busca pela consolidação de uma nova estrutura urbana no Rio de Janeiro. Em tais representações, enquanto determinadas áreas – tal como a “Zona Sul” –, são valorizadas em anúncios, músicas e reportagens, outras – tais como categorias entendidas como “subúrbio” e “favela” –, são estigmatizadas em representações similares.

Como coloca Nelson da Nóbrega Fernandes (2011), estas representações fazem parte de um discurso e conteúdo ideológico que não só ignoram parte da história da cidade e de suas vivências, mas também a “pluralidade de seus conteúdos socioespaciais”. Ademais, implicariam na omissão e distorção de fenômenos urbanos, além de influenciar o direcionamento na definição de prioridades e tipos de intervenção nas políticas públicas (SILVA, 2010, p.162). Buscando compreender de que forma as representações presentes hoje na cidade se consolidaram ao longo do tempo, propõe-se uma aproximação inicial a partir de um resgate histórico com foco nas transformações urbanas do Rio de Janeiro no século XX. A partir de tal período, passaria a ser estruturado o pensamento dicotômico que hoje influi profundamente nos imaginários existentes na cidade e em suas políticas. Será a partir deste contexto que surgirão exemplos como cidade/favela, zona sul/ subúrbio, morro/asfalto.

ZONA SUL, SUBÚRBIO E FAVELA: VOCÁBULO E MAPA SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

É fato conhecido e vastamente tratado a atmosfera política e ideológica vigente no Rio de Janeiro no início do século XX, na qual evidenciava-se o urgente desejo de reformar a velha imagem de cidade colonial e implantar uma ordem espacial que refletisse o processo de modernização capitalista da nova capital da República do Brasil. A proclamação da república teria propiciado o processo de modernização de sua capital, uma cidade que seria o símbolo das novas elites e “vitrine” do país. Na busca por um plano político e ideológico que pudesse solucionar, especialmente, o problema da reordenação material e simbólica do espaço antigo, o prefeito Pereira Passos (1903-1906) buscará inspiração na reforma de Haussmann, desenvolvida em Paris (1853-1869) (FERNANDES, 2010, p.16).

A partir de tal referência, a ordem urbana proposta iria, em um primeiro momento, buscar construir uma nova área central – com boulevards, praças, teatros, prédios públicos, hotéis e comércios de luxo –, a qual demandaria a expulsão dos antigos moradores, em sua

1 No caso da categoria favela, Lícia Valladares (2005) apontará também a influência de estudos acadêmicos na construção de dogmas e estigmas para tal categoria. Fernandes (2011) defenderá também que intelectuais dos estudos urbanos igualmente teriam reificado estigmas ao não questionar o sentido utilizado para a palavra “subúrbio” no Rio de Janeiro (FERNANDES, 2011, p.91).

maioria de classes baixas. Em um segundo momento, promoveria moradias no subúrbio para a população proletária. Fernandes (2011), ao pontuar tal relação entre os modelos de estrutura urbana de Paris e do Rio de Janeiro, aponta para uma diferença substancial principalmente neste segundo aspecto: a proposta desenvolvida em Paris² teria o objetivo político e ideológico de elevar os produtores assalariados à hierarquia “das propriedades e dos proprietários, das casas e dos bairros (LEFEBVRE, 1991, p.17 apud FERNANDES, 2011, p.17). No caso do Rio de Janeiro, não haveria tal preocupação, uma vez que, na análise de Fernandes (2011, p.17), “as intenções e o desenvolvimento da política urbana (...) procuraram desmoralizar o subúrbio enquanto o lugar das classes subalternas na cidade”.

Neste contexto, a área “destinada” ao proletário da capital do Brasil será definida como a região ao longo da ferrovia, localizadas nas áreas norte e oeste da cidade. Neste momento, o verbete “subúrbio”, que até então tinha como sinônimo “arrabalde” – ou seja “cercania da cidade”, área pouco povoada –, será progressivamente utilizado para designar bairro popular, de alta densidade, servido pelo trem. Como defende Fernandes, a mudança no conceito carioca de subúrbio e o direcionamento da população de classes média e baixa durante tal período “significa e revela, de forma literal, a prática e o projeto das elites republicanas em retirar das classes subalternas o direito à cidade” (FERNANDES, 2011, p. 144).

Para além da “criação” do subúrbio carioca, tal projeto pensado para a cidade culminará também na multiplicação de áreas entendidas como “favela”³. Como aponta Maria Laís Pereira da Silva (2010), a partir das reformas urbanas do período, da remodelação do porto e das campanhas contra a febre amarela, intensifica-se a repressão e derrubada dos cortiços da área central e entornos (arrabaldes/subúrbios) imediatos. Somado a isto, a ausência de oferta pública de habitação e o desenvolvimento do mercado de terras e mercado imobiliário (os quais complicariam o acesso à terra), contribuiram para que a população passasse a ocupar as encostas dos morros, até então não habitadas (SILVA, 2010).

Como sintetiza Elizabeth Dezouart Cardoso (2010), o projeto que se desenvolvia na cidade seguia um modelo de urbanização especificamente capitalista e moderno, reproduzido também em outras capitais. Nele, a divisão entre áreas funcionais de comércio e serviço, industriais e residenciais de classes ricas e pobres (segregadas espacialmente), responderia a tal processo de modernização da cidade, mas não se restringiria aí. O “símbolo” da modernidade pretendida seria projetado através da já citada área central, mas também – importante frisar –, poucas décadas depois pela construção de um novo bairro: o de Copacabana. A pesquisa de Cardoso (2010) defenderá que, a partir daí, teria sido possível a “invenção” do topônimo Zona Sul, o qual surgirá em 1920. Tal “invenção” seria característica a processos de segregação espacial em cidades, colocado a partir do interesse de uma fração da classe dominante de valorizar determinadas áreas. Como aponta Cardoso (2010, p.86):

2 Fernandes parte da crítica de Lefebvre à ideologia do habitat.

3 Em relação ao processo de expansão das favelas no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX é resultado tanto do crescimento da cidade no período quanto da crise habitacional vivida na época. Entre os anos de 1890 e 1920, a população da cidade praticamente dobrou, indo de 522.651 habitantes para cerca de 1 milhão (SILVA, 2010, p.169).

“A construção de um imaginário, que teria força de representação e que estaria plenamente concluído em princípios da década de 1950, reforçou o novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro já a partir da primeira metade do século XX, ao lado da atuação de determinadas frações do capital – o imobiliário – e da própria atuação do Estado, que dotou a “zona sul” de melhoramentos.”

O bairro de Copacabana passaria a ser ocupado efetivamente apenas a partir do princípio do século XX. Porém, apesar da baixa densidade populacional, seria beneficiado pelas reformas de Passos com a abertura da Avenida litorânea (Atlântica) e com a abertura de um novo túnel. Palacetes de personalidades da República e de diversos políticos do governo municipal foram construídos a partir daí. Tais proprietários teriam também posse de ações da companhia que havia loteado o terreno do bairro. A partir da década de 1920, com a atuação do capital imobiliário, serão construídos ali os primeiros edifícios de apartamento da cidade, os quais responderão à uma demanda das elites por distinção na forma de morar e no local das moradias. Entre as propagandas vinculadas sobre tais lançamentos imobiliários, Cardoso demonstra como eram endereçados a famílias de alto status e estrangeiros, trazendo em seu conteúdo o imaginário associado à higiene, à civilidade, ao luxo, ao conforto, à riqueza – o que o distinguiria de outras habitações coletivas como os cortiços. Neste aspecto, como demonstra a pesquisa de Lilian Fessler Vaz (apud CARDOSO, 2010, p.84), o novo tipo de arquitetura domiciliar no Rio de Janeiro nascerá ligado a um imaginário de modernidade na cidade. Para além de tais edifícios, as décadas seguintes serão marcadas também pela construção nos bairros da Zona Sul de outros símbolos de modernidade demandados pelas elites, tais como o Copacabana Palace, cassinos, cinemas, restaurantes, confeitarias, galerias, *night-clubs* e equipamentos de comércio em lazer.

As representações que se construía na grande mídia e jornais de bairro da Zona Sul demonstravam, majoritariamente, a ideia de riqueza, beleza, felicidade, saúde, sensualidade, a ideia de bairros *chics*, bairros aristocráticos, modernidade e cosmopolitismo (CARDOSO, 2014). Seus cronistas e jornalistas em geral difundiam as fotos das praias e de seus banhistas, mostrando os hábitos que seriam próprios dos habitantes da região, como o banho de mar, o esporte, o turismo e a vida noturna. Os novos padrões de comportamento de tal elite – os quais inspiravam-se em hábitos europeus, trazidos de suas viagens – passariam a construir a imagem de modernidade da região.

Um ponto crucial levantado ainda por Cardoso (2010) refere-se ao fato de que, à consolidação da nova ordem urbana, não bastaria a criação de símbolos de modernidade. O processo de segregação residencial da cidade precisaria constituir também novos símbolos a outras áreas, as quais, pela diferenciação, anulariam a importância de outras regiões, justificando assim determinados investimentos e políticas públicas no espaço urbano. Neste sentido, para além da “invenção” da Zona Sul, Cardoso defende que, aqui, será possível criar também o seu topônimo oposto: o de “subúrbio”. A mudança no sentido de tal palavra anunciaria, simultaneamente, as transformações vividas pelo e no espaço da cidade, no qual, como coloca Fernandes (2011, p.58), “deixa de ser um lugar para ‘a vida feliz e cômoda dos afortunados da Corte’ (Noronha Santos, 1934) e passa a representar o ‘refugio dos infelizes’”:

“O subúrbio é refugio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos aqueles que perderam sua situação normal vão se aninhar lá; e

todos os dias bem cedo, lá descem a procura de seus amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma cousa, para o sustento seu e de seus filhos.” (Lima Barreto, s.d., p.110 apud FERNANDES, 2011, p.58)

A partir deste momento, “subúrbio” passará a ter equivalências com a categoria “favela” em suas representações nos imaginários da cidade. Neste contexto, ambas passarão a ser representadas pelo viés da pobreza, da precariedade e do abandono (SILVA, 2010).

Sem desconsiderar as importantes diferenças entre os imaginários das duas categorias (assunto tratado à frente), é possível dizer que ambas teriam seus moradores e espaços estigmatizados nos anos correntes. A omissão de parte de suas histórias, a homogeneização de sua pluralidade e a afirmação a partir de aspectos negativos serão parte do processo de construção de imaginários que resultará na visão dicotômica presente na cidade nos anos seguintes.

Nelson da Nóbrega Fernandes, ao abordar a transformação de significado ocorrida na palavra “subúrbio”, chamará a atenção para o fato desta se tratar de um fenômeno ideológico. A partir do que denomina de “rpto ideológico da categoria subúrbio”, o autor demonstra que tal área não só passava a ser entendida como própria a bairros ferroviários e populares, mas também seriam desprestigiadas do ponto de vista social e pelo poder público. Na definição do autor:

“podemos entender o rpto ideológico como uma mudança brusca e drástica do significado de categorias e conceitos, quando então os atributos mais originais e essenciais que os definiam são expurgados de seu conteúdo e substituído por significados novos e completamente estranhos à sua extração mais genuínas, operação que, para o sociólogo José de Souza Martins tem por objetivo atender a necessidades políticas e ideológicas (1982, p.59-60)” (FERNANDES, 2011, p.16).

“Subúrbio” será, assim, “um signo a serviço da segregação socioespacial das classes sociais no Rio de Janeiro” a partir do Século XX (FERNANDES, 2011, p. 53). Em outras palavras, ao invés de ter um sentido de localidade e espacialidade – tal qual seria próprio ao sentido original –, o termo passa a ter na cidade o cunho de categoria social.

Uma análise ao conceito de “suburbano”, hoje, descrito em dicionários da língua portuguesa falada no Brasil, são representativas sobre tal questão (e mostram ainda como o peso do sentido utilizado na cidade carioca extrapolou seu limite geográfico):

“Do lat. Suburbanu. Adj.1. Pertencente ou relativo a subúrbio. 2. Que mora em subúrbio. 3. Bras. Deprec. *Que tem ou revela mau gosto*. S. m. 4 Aquele que mora no subúrbio. 5. Bras. Deprec. Indivíduo suburbano (Aurélio Eletrônico, Versão 3.0, nov. 1999, grifo meu).

1.Relativo ou pertencente a subúrbio. adjetivo e substantivo masculino; 2. Que ou aquele que vive em subúrbio; 3. Derivação: por extensão de sentido. Uso: pejorativo. *Que ou aquele que é pouco refinado, que revela ou tem mau gosto; saquarema, cafona, brega.* (Houaiss Eletrônico, 2000).” (SOUZA, 2010, p.224)

A definição utilizada pelos filólogos aponta para estigmas reproduzidos desde o início do século XX pelos chamados “formadores de opinião”, como coloca Souza (2010, p.225).

Entre jornalistas e escritores, exemplos como o de Olavo Bilac são apontados como profissionais “pródigos na produção e reprodução de estereótipos negativos para representar o subúrbio carioca e seus moradores em jornais, livros etc.”. Um exemplo, a crônica de 1916 publicada na Revista Kosmos, aponta para a incompatibilidade de determinados comportamentos “suburbanos” em um Rio de Janeiro que se pretendia capital da República. O episódio trata da “invasão” de romeiros da festa da Penha à recém-inaugurada Avenida Central (hoje, Avenida Rio Branco):

“Os carros e carroções enfeitados com colchas de chita, puxados por mueres ajaezados de festões [...] todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem ainda se pode compreender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas, de betesgas escuras, de becos sórdidos. Mas no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo choca e revolta como um disparate.”

Para além da tentativa de normatizar posturas e estigmatizar certos costumes, Bilac deixa clara, ainda, a “fronteira” simbólica as quais os “suburbanos” deveriam se restringir: “Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha! Mas não! Acabada a festa, a multidão transborda como uma enxurrada [sic] vitoriosa para o centro da Urbs” (SOUZA, 2010, p.225). Ainda hoje, como aponta Souza (SOUZA, 2010, p.226), as representações do subúrbio carioca no jornalismo, na literatura, na dramaturgia trazem o imaginário como “lugar de pobres sem a *finesse* dos bem-nascidos”.

O uso do termo na cidade até o século XIX seria entendido tal como sinônimo de “arrabalde”, ou seja, de área nas cercanias da cidade, aquela que não pertenceria à cidade em si, mas que estava em seu entorno. Registros em periódicos e livros do Rio de Janeiro na época em questão utilizam o termo a partir de tal entendimento, qualificando os subúrbios cariocas, ainda, como locais de baixa densidade, comumente associados ao clima ameno e salubre, e que seriam frequentados pela aristocracia. Se no século XIX bairros da zona norte, sul e oeste receberiam o rótulo de subúrbio, a partir das reformas de Passos as regiões que deveriam ser habitadas por classes média e alta não seriam mais tratadas por tal verbete. Assim, tal como já apontado, a definição do que será subúrbio ou não, passa a ser ligada diretamente à questão de classe social. Como aponta Fernandes (2011, p.143):

“Este processo acusa, desde o início, a produção de novas realidades sociais e a necessidade intrínseca de sua redefinição no campo das ideias e das representações. Assim, o raptó ideológico da categoria subúrbio surge quando emerge mais nitidamente a cidade moderna, capitalista, liberal, com seu espaço reformado e segregado segundo os princípios do haussmannismo e do city beautiful.”

Neste sentido, o aparecimento de um novo significado para a palavra “subúrbio” na cidade estará ligada à nova estrutura urbana e de segregação socioespacial já citada. O conceito carioca será construído a partir de uma necessidade ideológica, a qual define não apenas o lugar onde seria o subúrbio da cidade, mas também que tal lugar seria destinado ideologicamente ao proletariado. Com isso, a nova designação ao termo estará ligada diretamente ao problema (i) da criação de espaços e (ii) das representações ideológicas do Rio de Janeiro que se reformava segundo os moldes capitalistas (FERNANDES, 2011, p.48). Assim, o vocábulo entrará para a imagem ou mapa social do Rio de Janeiro moderno, ao lado de

termos como “cidade maravilhosa”, “Zona Sul”, “Zona Norte”, “favela”, “Estado do Rio”, também surgidos no século XX.

Ao tratar da história da produção do conceito de uma categoria como a de “subúrbio”, Fernandes pretende apontar que conceitos, significados e a própria linguagem são produtos sociais, os quais, através de sua história, servirão de indicador do limite de consciência de uma determinada época – e este fato, em muito, nos interessa aqui.

“As representações do espaço – os discursos, os signos, as palavras, as paisagens – não são apenas um reflexo, um dado diretamente dedutível do espaço e das estruturas sociais, pois há uma circularidade, um intercâmbio, uma reprodução entre a realidade socioespacial e suas representações, de tal forma que elas também participam, simultaneamente, da construção do espaço social.” (FERNANDES, 2011, p.39)

A ideologia, importante pontuar, é defendida pelo autor como um processo inerente e simultâneo às transformações sociais em curso, necessário a seu desenvolvimento. A partir disso, segundo Fernandes,

“podemos reconhecer que existe dialética entre as representações, os discursos e as ideologias referentes ao espaço e as determinações de ordem material que constituem seu processo social de produção. O discurso sobre o espaço é tomado aqui não apenas como um reflexo da produção do espaço, mas como uma condição essencial à sua realização e reprodução.” (FERNANDES, 2011, p.48-49)

O sentido criado para o subúrbio carioca, o qual refere-se a um bairro populoso dentro do território municipal e da área urbana da cidade, impõe a tais espaços e a seus moradores o estigma de não pertencimento ao Rio de Janeiro. A produção do espaço do subúrbio e a criação do conceito carioca do verbete irão entrelaçar-se e expressar, de forma literal, “um projeto, uma estratégia e uma prática política e ideológica que nega às classes subalternas o direito à cidade e de estar na cidade” (FERNANDES, 2011, p.18). Retornando ao texto de Rolf de Souza (2010), as fronteiras que separam a cidade passam a ser simbolicamente construídas pelas visões de mundo hegemônicas, as quais excluirão de certos espaços aqueles que não são “compatíveis” com o imaginário que se constrói para eles.

Críticas similares sobre a exclusão simbólica da categoria favela são elaboradas por diferentes autores. Fernando Lannes Fernandes (apud SILVA, 2010), por exemplo, é um dos que defende que as representações construídas sobre favelas ao longo da história urbana do Rio de Janeiro pareceriam “marcar a segregação espacial e a tentativa, ou melhor, o desejo de controle das classes populares’ (F. Fernandes, 2005, p.51)” (SILVA, 2010, p.164). Tais representações revelariam um desejo em relação a um projeto de cidade, ou ainda da construção de uma determinada ordem urbana.

A expansão das favelas, tal como apontado anteriormente, teria também sofrido grande influência da nova ordem urbana que se configurava a partir das reformas de Passos. Como aponta Maria Laís Pereira da Silva (2010), a partir do final da década de 1920 e início da seguinte, a localização das favelas seguirá o processo de urbanização da área agora entendida como “suburbana”, principalmente na zona norte (SILVA, 2010, p.166). Neste momento, a dimensão de algumas favelas neste período já se mostrava considerável em algumas áreas da

cidade: nas áreas rurais, o peso proporcional dos chamados “casebres” sobre o total de prédios chegaria a somar 50%; em bairros suburbanos norte-oeste, variaria entre 20% a 40% (estando, principalmente, entre Engenho Novo, Irajá, Pavuna, Madureira, Anchieta, Jacarepaguá e Realengo); no centro, somaria cerca de 33% (em especial na Gamboa); sendo no sul da cidade, especificamente na Gávea, representado por cerca de 24% da proporção (SILVA, 2010, p. 167).

No início da década de 1930, ainda a partir de Silva (2010), o menor percentual de “casebres” estará localizado no que começava a se definir como Zona Sul da cidade. Nesta área, porém, será onde a imprensa da época destacará com maior contundência a denúncia do aparecimento de “novos casebres”. Como destaca o trecho do Jornal Beira-Mar, de 19/05/1934, as favelas da Zona Sul “que são manchas no mais belo cenário da cidade. (...) [Existem] três de grandes proporções (...) as favelas do Leme, de Ipanema e do Leblon, semelhantes em tudo às que se encontram em outras partes da cidade” (SILVA, 2005, p.86). Entre a declaração de um vereador ao Diário de Notícias de 13/06/1936, há ainda a descrição sobre uma área no bairro da Lagoa, na qual se diz: “a cidade está sendo entulhada de casebres. Há um trecho na Lagoa Rodrigo de Freitas, entre Ipanema e Leblon, em que eles se empilham uns sobre os outros, feitos de lata velha, caixas de bacalhau, sarrafos, trapos e até papelão!”.

As denúncias enfatizadas nas áreas da Zona Sul refletem a construção no período em questão do novo processo de segregação espacial que se desenhou no Rio de Janeiro, no qual determinados nichos sociais não seriam mais suportados em áreas que se pretendia valorizar. Corroborando-se, desta forma, à tese de Cardoso (2010), a qual vê neste período a fase inicial do novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro pela “invenção da Zona Sul”.

Para além de tal questão, Silva (2010, p.169) aponta também que tais dados mostram que a expansão física das favelas teria acompanhado as transformações do subúrbio. E, indo além, que a origem e a “geografia” das favelas suburbanas, apesar de algumas particularidades, estarão inseridas também nos fatores que atuaram na transformação dos subúrbios. Considerando-se a estreita associação da produção do espaço da favela ao subúrbio, a autora buscará discutir se tal associação seria também mantida no campo das representações. De início cabe colocar a diferença nítida entre ambos: enquanto o conceito carioca de “subúrbio” estaria alicerçado nas condições de produção da cidade, o de “favela” teria grandes ambiguidades. Como destaca Silva (2010, p.175), “no processo de sua formação, as favelas surgem com imagens, representações que se consolidam como mitos e estigmas. Questiona-se até que ponto – principalmente nos dias de hoje – a favela é, na verdade, entendida como ‘o estigma da favela’”. Até hoje se pergunta se seu conceito não seria, muitas vezes construído sobre estigmas e envolvendo “dogmas”, tal como proposto por Lícia Valladares (2005).

Para além de tal diferença, é crucial pontuar também que as favelas sempre tiveram suas representações situadas pelas visões de pobreza e construção de estigmas, considerando-se aí as representações tanto positivas quanto negativas produzidas em distintos momentos históricos.

“Aparentemente não houve um momento em que a favela teve, para a cidade, uma representação que rompesse, ou melhor que transformasse seu sentido primordial, de local

do pobre (na “melhor” das representações), do vagabundo e do bandido (no sentido mais pejorativo).” (SILVA, 2010, p.176)

Tal questão, crucial à discussão proposta aqui, se daria pelo fato de que a favela teria surgido a partir de uma crise habitacional, inclusive anterior à reforma Passos, assim como de tensões geradas por crises da República. Quando da expansão das favelas para o subúrbio pós-reforma Passos, as designações como “lugares de pobreza” ou da “desordem urbana” já faziam parte das representações endereçadas a elas.

Entre as construções mais marcantes em suas representações, Silva destaca a ideia de favelas serem assentamentos que constituem uma invasão de terra, pública ou privada, sendo assim, uma transgressão à propriedade. Tal visão continuou a ser reproduzida ao longo dos anos, apesar de estudos mostrarem que boa parte das favelas se desenvolveram com a autorização de proprietários públicos e privados ou que se iniciaram como loteamentos legais e que se tornariam irregulares ante o poder público. Importante destacar aqui que tais processos, juntamente com o da industrialização na cidade tiveram particular importância para a expansão das favelas no subúrbio e zona rural.

Silva (2010, p.177) aponta que o que mudou “na trajetória da representação da favela foi a forma de considerar a pobreza e sua relação com a cidade”, a qual pode ser identificada a partir de contextualizações de distintos momentos históricos. Nos anos 1920, por exemplo, à medida que o Rio de Janeiro passa a se consolidar através de seu projeto pós-Pereira Passos, a ideologia da modernidade passaria a situar o morador de favela como “atrasado”, não civilizado. Tal representação estaria baseada na imagem do “mito fundador” teorizada por Lícia Valladares, a qual baseia-se na imagem da obra “Os sertões”, de Euclides da Cunha, para criar uma analogia com a interpretação de Canudos. Existiriam ainda, neste período, a representação proposta pelo movimento modernista, o qual abordará a favela “como representação do que é genuinamente nacional, nativo” (SILVA, 2010, p.177).

Já em 1930, haveriam ambiguidades nas representações, as quais variariam entre a figura do “trabalhador” – que partiria de uma ideologia de “homem novo” travada pelo projeto urbano industrial da Era Vargas –, e da retomada do mito fundador, o qual reproduz o morador por sua “ignorância urbana”. Silva sugere como projetos e planos de remoções da época pautavam-se em tais representações como justificativas para “extinguir” as favelas: enquanto o “trabalhador” deveria mudar-se para conjuntos dos institutos; os demais deveriam ou voltar para suas terras, afinal, seriam migrantes, ou deveriam ser entregues à polícia, já que seriam vagabundos ou criminosos na concepção das representações.

Para além de tais particularidades nos imaginários endereçados à favela, Silva aponta as similaridades que teriam com os de subúrbio. Nelas, se destacaria o imaginário sobre serem o lugar do pobre e de urbanização precária. Comumente vinculadas às favelas, a imprensa passará a retratar também os subúrbios como áreas com ruas com capim alto, buracos, poeira e falta d’água.

Entre outras similaridades, Silva (2010) destaca ainda a descrição do jornalista Sérgio D. T. Macedo para o Diário de Notícias de 1952, no qual, ao querer acentuar a precariedade do subúrbio, acaba por remetê-lo ao mito fundador de Canudos e o sertão, originalmente

endereçado à favela: “[A Pavuna] tem um ar de arraial sertanejo [...] nem a superstição levada ao exagero, nem as credices proclamadas em alto e bom som faltam a” (Diário de Notícias, 11 de maio, 1952). Em outra reportagem da série, sobre Olaria, descreve o bairro da seguinte forma: “ladeira horrível dando para um pequeno outeiro de barro que faz a gente pensar em Canudos e recordar o grande Euclides, mas onde existem também boas construções de pedra e cal, algumas com requintes de arquitetura” (Diário de Notícias, 3 fev., 1952).

Assim como no trecho acima, sem poder esquivar-se da diversidade social e arquitetônica existente no subúrbio na década de 1950, o autor aponta ao falar de Bonsucesso: “verdadeira barafunda de construções, dado que ao lado de casas de boa categoria, existem casebres onde reina a miséria mais completa e onde existem também rudimentares construções que abrigam dignos representantes da malandragem”. Para além do caráter arquitetônico, o jornalista destaca aqui tanto a ideia de seus moradores serem “malandros”, quanto a característica da “desordem”, as quais seriam historicamente endereçadas à categoria favela.

OLHARES NO CONTEXTO ATUAL: ENTRE PEMAÊNCIAS E DISPUTAS

É possível afirmar que, ainda hoje, as representações expostas acima permanecem sendo reproduzidas. Em relação à categoria “subúrbio”, apesar de sua expansão para quilômetros além da linha do trem, o conceito carioca ainda sustenta a ideia de paisagem social. Já as favelas, por sua vez, seguem sendo vinculadas em reportagens da grande mídia, em discursos de distintos políticos e por formadores de opinião segundo o “dogma” de lócus da pobreza (VALLADARES, 2005), espaço do crime e da “vadiagem”.

Tal como apontado, estas reproduções fazem parte de uma representação que foi usada historicamente como aparato ideológico para afastamentos e destruição de modos de vida não condizentes com valores pretendidos pelo poder hegemônico da cidade. Para além disso, teriam também contribuído, até hoje, para a negação do que foge do padrão estético e social do considerado “civilizado”. Como aponta Jorge Barbosa (2014) ao tratar de representações sobre favelas, a recorrente imagem de espaços da violência e da anti-civilidade – massivamente reproduzidos nas grandes mídias – faz com que estejam presentes na agenda da cidade a partir do caráter de “ausência”.

Tal como apontado na introdução, buscando questionar a imposição deste olhar, iniciativas oriundas de favelas e periferias têm proposto apresentar suas próprias visões sobre a cidade. Assim, entram na disputa pela representação do Rio de Janeiro através de distintas maneiras, sendo o campo da cultura um importante viés utilizado nos últimos anos. Cabe pontuar brevemente que, tal como defende Lilian Fessler Vaz (2007), nas últimas décadas a cultura tornou-se tema destaque em diferentes campos da vida social. Especificamente às discussões sobre o urbano, haveria dois grandes “blocos de estudo e reflexão”, no qual o primeiro seria referente a grandes projetos, a políticas e intervenções urbanas que fariam uso da cultura como estratégia para o desenvolvimento econômico. Através dela, seriam

ênfatisadas as tendências à cenarização da paisagem (RIBEIRO, 2004), à culturalização (VAZ, 2004), à espetacularização dos espaços urbanos (JACQUES, 2004), entre outros. Já o segundo momento, seria representado por ações culturais de grupos, em especial de jovens moradores de favelas e periferias, que estariam fazendo uso de distintas linguagens para manifestações culturais e artísticas. Como aponta Marcus Faustini (2012), movimentos de tal natureza podem ser percebidos desde a década de 1990, os quais pretendem “apresentar-se” ao invés de “serem representados”.

O Complexo da Maré, neste contexto, seria um espaço importante para discutir-se as disputas de imaginários da cidade. Um dos motivos para tanto refere-se aos estigmas que, ainda hoje, são recorrentemente endereçados à região, apresentado pela grande mídia como lugar de violência, dominado pelo tráfico de drogas e pela marginalidade. Uma busca por imagens na plataforma *Google* com as palavras-chave “Complexo da Maré + Jornal O Globo”, por exemplo, entre as 415 primeiras imagens mostradas na página, apenas 17 delas não se referem diretamente a operações policiais, ocupação militar, apreensão de entorpecentes e armas ou cenas de violência. Para além deste motivo, a Maré mostra-se também como espaço importante para a discussão pelo protagonismo das iniciativas de representações que vêm surgindo lá. Como apontado anteriormente, a Maré se destaca neste cenário não apenas pelo pioneirismo dos projetos que lá surgiram, mas também pela pluralidade das iniciativas que hoje se vê. Narrativas construídas a partir de distintas mídias e linguagens apontam ricas formas de se apresentar o espaço da Maré, seus moradores e o cotidiano local. Tais representações mostram o complexo – para um público interno e externo – através de encenações de teatro, histórias narradas, ambientação em museu, materiais audiovisuais, eventos expositivos, além de fotografias, entre outros, apresentando noções em relação ao espaço distintas daquelas replicadas na mídia e ao longo da história da cidade. Neste contexto, as representações que se constroem a partir de tais materiais se mostram como caminho para investigar não apenas características sobre a Maré em si, mas também de se questionar as representações criadas para a cidade a partir de categorias “favela”, “subúrbio” e “Zona Sul”.

Como forma de ilustrar tal pluralidade das abordagens, cabe aqui destacar alguns exemplos reunidos em um mapeamento inicial realizado para este artigo – os quais serão apontados a partir de suas linguagens de origem. Devido ao grau de sua difusão, a primeira linguagem a ser abordada será a da fotografia, uma das mais utilizadas ferramentas de representação da Maré. É possível dizer que o Projeto Imagens do Povo, programa do Observatório de Favelas para formação de moradores no campo da fotografia, tenha influenciado a quantidade de olhares difundidos a partir de tal suporte. O programa, além da proposta de capacitação (a qual não está ativa no momento), possui também um banco de imagens com material dos fotógrafos como forma de divulgar (e vender) o trabalho dos ex-alunos, assim como reunir tais representações em um único lugar. Além de ter lançado dois livros com fotografias sobre o cotidiano local, é internacionalmente conhecido e já foi tema de diversas pesquisas (CARMINATTI, 2008; GAMA, 2012; entre outros). Certamente sua atuação no espaço da Maré contribuiu para a profusão de registros fotográficos não só sobre o complexo em si, como também sobre outras favelas e áreas periféricas. Muitas das imagens encontradas hoje em ferramentas de busca digital – tal como o *Google Images* – são oriundas do Imagens do Povo, as quais carregam, em suas produções, forte viés crítico e político sobre o espaço. Diversos fotógrafos formados pelo programa, mesmo após anos de sua conclusão, continuam a registrar o cotidiano local da Maré, buscando discutir questões coetâneas ao

espaço. Seus trabalhos são divulgados em suas redes sociais e em eventos relacionados ao tema, tanto no Brasil como em outros países. Neste contexto, novos registros são vistos recorrentemente em redes sociais pessoais – como o Flickr e Facebook – dos profissionais, ou mesmo em páginas criadas no Facebook, tal como a “Imagens da MARÉ: narrativas visuais de um território favelado”.

Para além de iniciativas individuais e diretamente influenciadas pelo programa do Observatório de Favelas, projetos de outros moradores vêm reunindo fotografias de não profissionais sobre o cotidiano da Maré. Um exemplo é a página, também do Facebook, chamada “Todo dia uma foto linda do Complexo da Maré”. Assim como as imagens criadas pelos fotógrafos do Imagens do Povo, a iniciativa se propõe a mostrar as potencialidades locais, criando representações que desconstruam os estigmas endereçados à Maré – mostrado (na maior parte das vezes) como lócus de violência e pobreza.

Entre as outras linguagens mais utilizadas em representações da/sobre a Maré, é possível apontar o recurso audiovisual. Através de vídeos produzidos e também divulgados em espaços virtuais de livre acesso, iniciativas de distintas favelas do complexo vêm adotando diferentes propostas para retratar a Maré. Há exemplos como o coletivo “Na favela”, o qual se apresenta como uma produtora audiovisual que utiliza “o audiovisual e a comunicação como arma”, segundo sua página no Facebook. Os vídeos produzidos pelo grupo propõem talkshows com moradores, encenações com caráter crítico/humorístico sobre situações do complexo, assim como curta-metragens, tal como o “Pescadores da Maré”. Um outro exemplo de coletivo, o “Amarévê”, também descrito por seus componentes como uma produtora de audiovisual, vem desenvolvendo um documentário com depoimentos de moradores com o intuito de falar especificamente sobre a favela Parque União. Seus integrantes registram também eventos que ocorrem no local, propondo-se através de tais materiais mostrar as características de seu espaço, especificamente.

Ainda através da linguagem audiovisual, há também diferentes materiais produzidos a partir de cursos de capacitação na área. Entre eles, há grupos como o “Audiovisual Maré” (localizado no Morro do Timbau) que, além de também trabalhar com fotografia, produz vídeos de diferentes naturezas, tal como encenação de histórias de moradores e registro de eventos. Como produto final do curso, os alunos vêm desenvolvendo um site, chamado “Polo de comunicação da Maré”, através do qual reunirão a produção desenvolvida durante o processo. Entre iniciativas de capacitação, há também exemplos ligados às ONGs locais, tais como o “ECOM” (Escola de Comunicação Olhares da Maré), da Redes da Maré, e a “ESPOCC” (Escola Popular de Comunicação Crítica), do Observatório de Favelas, os quais se mostram mais engajados em discutir questões sociais do que a iniciativa anteriormente citada. Entre os materiais produzidos e divulgados em redes sociais tais como o Facebook e o Youtube, estão filmes documentais, videoclipes de músicos da Maré, curta-metragens de ficção e de entrevistas com moradores. Como exemplos de vídeos produzidos pelo ECOM, podemos citar o documentário “As griots da Maré”, no qual quatro moradoras antigas do complexo falam tanto de vivências passadas como também de aspectos religiosos e raciais no contexto atual do local. Sobre o ESPOCC, há exemplos como o curta “Sons da Maré”, que aborda a pluralidade local através da diversidade de gêneros musicais escutadas ao longo de uma caminhada pela Avenida Teixeira Ribeiro, uma das vias mais importantes do complexo.

Para além de tais iniciativas, projetos de audiovisual, como “#1minutodemaré”, são produzidos por moradores e divulgados na rede social Facebook. O projeto em questão convida diferentes personalidades do complexo a gravarem um vídeo de um minuto sobre o local e seu potencial. Um dos exemplos de materiais produzidos é o vídeo feito pelo grupo de teatro “Cia Marginal” (também composto por moradores), no qual encenam uma conversa entre três amigos a partir do bordão “Sou do tempo que”. Através de relatos saudosos, falam sobre a memória afetiva do espaço, contando antigas vivências, sobre locais que já não existem e eventos de “tempos idos”.

O projeto “#1minutodemaré” conta também com a participação de “youtubers” da Maré, os quais pertenceriam ao “grupo” de moradores (assim caracterizado pelo mapeamento aqui apontado) que, sem terem o objetivo principal de criar novas representações sobre o espaço da Maré, acabam também o fazendo ao difundirem seus olhares sobre o local. Entre outros exemplos de moradores que também usam mídias sociais para difundir seus cotidianos, é possível citar o “Maré Longboard”, grupo de skatista da Maré que divulga eventos organizados por eles nas ruas do complexo. A potência de disseminação que a rede possibilita às produções faz com que as vivências transmitidas por tais moradores se transformem também em ferramentas para falar sobre a Maré e sobre os valores e códigos locais.

Além de iniciativas ligadas ao audiovisual, à fotografia e divulgadas através de mídias sociais, é possível ainda encontrar representações sobre a Maré construídas a partir de espaços físicos e relatos das memórias locais. O “Museu da Maré”, uma iniciativa ligada ao CEASM, promove importantes contribuições neste campo. A proposta desenvolvida pelo museu abrange diferentes núcleos de ação. Um deles é o centro de exposição permanente, no qual a história do complexo é narrada através de um projeto cenográfico que reproduz não apenas as antigas casas de palafitas – características do passado da região –, mas utiliza também objetos para abordar diferentes períodos vividos da Maré, fazendo com que os visitantes possam “experenciar” o cotidiano dos moradores em diferentes décadas. Entre os outros núcleos promovidos pelo Museu da Maré/CEASM, há ainda o projeto de pesquisa sobre história oral. A partir dos conteúdos reunidos, o museu organiza atividades educativas sobre a memória da Maré. Entre as atividades, há a proposta na qual visitantes do museu ouvem relatos dos “contadores de história”, ou seja, de antigos moradores da região que compartilham suas lembranças sobre as favelas do complexo. O museu é responsável também pelo projeto “Maré de Histórias”, no qual, a partir de relatos de moradores sobre lendas e “casos” antigos, são montadas apresentações com atores para públicos distintos. Tais apresentações acontecem tanto no museu em si, como em escolas municipais da região. Além de objetivar a difusão da história e da cultura local, a proposta pretende concomitantemente capacitar moradores a utilizar o teatro “como ferramenta para resgate de memória e valorização da identidade dos moradores daquele território”.

Através de diferentes linguagens e iniciativas, moradores vêm construindo e compartilhando olhares e vivências sobre a Maré que apresentam noções em relação ao espaço distintas daquelas replicadas na mídia. Neste contexto, as representações que se constroem a partir de tais materiais se mostram como caminho para investigar não apenas distintos olhares sobre a Maré em si, mas também sobre a cidade. Coloca-se, a partir daí a

disputa por outros imaginários da cidade, distintos daqueles que dividem o espaço urbano entre categorias como “Zona Sul”, “favela” e “subúrbio”.

Importante pontuar aqui que, como coloca Roger Chartier (1981), as representações nunca serão neutras, mas sim terão seu sentido construído a partir do interesse dos grupos que as constroem. Neste sentido, para compreendê-las, torna-se necessário relacionar os discursos e a posição de quem fala. As percepções do social, justamente por não serem discursos neutros, irão produzir estratégias e práticas que poderão levar a posturas autoritárias, a legitimar projetos e justificar escolhas e condutas. Neste contexto, cabe ressaltar que a investigação sobre representações sempre as coloca em um campo de concorrências e competições com desafios ligados a questões de poder e dominação.

Chartier irá defender a importância do olhar sobre as *lutas de representações* para a compreensão de um dado mundo social. Como aponta o autor, “as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1981, p.17). As representações construídas por moradores da Maré, posto os devidos cuidados de compreensão, mostram-se assim como caminho para uma maior apreensão do espaço urbano da cidade. Elas apontam para a possibilidade de um olhar mais plural sobre o Rio de Janeiro, o qual poderia contribuir para o questionamento dos discursos que se reproduzem a tantas décadas na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentado aqui buscou, primeiramente, apresentar discussões sobre os imaginários construídos no Rio de Janeiro e sua influência no processo de segregação espacial da cidade. Procurou-se discutir possíveis origens da visão dicotômica que tem guiado as representações vigentes ainda hoje no Rio de Janeiro a partir de imaginários que qualificam ou desqualificam determinados espaços da cidade.

Neste contexto, viu-se que a estigmatização das categorias subúrbio e favela, operaria a partir da omissão de suas histórias e da homogeneização de seus aspectos culturais e espaciais. Como destaca Fernandes (2011, p.46), esta construção seria própria à ideia de discurso ideológico, o qual “opera em cima de lacunas, extingue a própria antiguidade e diversidade da história, propondo um mundo ideal, uma ordem natural dos homens, máquinas, espaços e mesmo das palavras”.

Superar tais perdas e lacunas na história do subúrbio carioca e das favelas no Rio de Janeiro, restituir a pluralidade de seu tempo e espaços – com ainda muito a se descobrir, rever e conhecer –, poderá contribuir para que se revele outra história não só sobre tais categorias, mas da cidade como um todo. Ainda segundo Fernandes (2011, p.162-163), tal direção implicaria que não se veja mais tais espaços como “signo da falta e da carência, mas como lugares que tem muitos conteúdos socioespaciais de várias épocas, produzidos por diferentes indivíduos, grupos sociais, iniciativas públicas e privadas”. Tal esforço aponta, conseqüentemente, para a tentativa de questionar as centralidades através das quais o

conhecimento hegemônico é pautado. E a multiplicação e difusão de olhares e imaginários provenientes de favelas e periferias, tal como as narrativas construídas por moradores da Maré, podem – em muito – contribuir para esta discussão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz. A Favela na cena da cultura urbana do Rio de Janeiro. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 36, p. 217-234, jul - de 2014.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. Estrutura Urbana e Representações: A invenção da Zona Sul e a construção de um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. In: **Revista GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010, p. 73-88.

_____. Representações e identidade na cidade na primeira metade do século XX – os subúrbios cariocas. In: **Revista URBANA**. Campinas: CIEC/UNICAMP. V.6, n 9, ago-dez, 2014.

CARMINATI, Thiago Zanotti. Imagens da favela, imagens pela favela: etnografando representações e apresentações fotográficas em favelas cariocas. In: GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (orgs). **Devires Imagéticos. A etnografia, o outro e suas imagens**. Rio de Janeiro: 7letras, p.68-90, 2008.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertran, 1981.

FAUSTINI, Marcus Vinicius. A peleja da invenção do cotidiano. In: **O novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1958/1945**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GAMA, Fabiene. **Fotodocumentação e participação política: um estudo comparativo entre o Brasil e o Bangladesh**. Tese de doutoramento em Antropologia no PPGSA/UFRJ e EHESS, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. In: **Cadernos PPG-AU FAUFBA, Territórios urbanos e políticas culturais**, ano II, Salvador, n especial, p. 23-30. 2004.

PEREIRA, Margareth da Silva. Subúrbio. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; d'ARC, Hélène Rivière. **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 619-630.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. II, p. 97-107, n. 2004.

ROSA, Thaís Troncon. Pensar por margens. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (Orgs.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Favelas Cariocas, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

_____. A favela e o subúrbio: associações na expansão suburbana da favela. In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de.; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: EDUFF, 2010.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. As representações subalternas dos homens suburbanos. In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de.; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: EDUFF, 2010.

VALLADARES, Licia. **A invenção da Favela - Do Mito de Origem a Favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VAZ, L. F. A Culturalização do Planejamento e da Cidade. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Territórios Urbanos e Políticas Culturais**, Salvador: EDUFBA, ano 2, no especial, p. 31-42, 2004.

_____. Ações culturais em favelas cariocas - notas preliminares. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA – Resistências em Espaços Opacos**. Salvador, p. 27-39, 2007.

_____. Cultura e transformações espaciais nos espaços opacos. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 1, p. 55-70, 2012.

_____.; SELDIN, Claudia. Ações Culturais: Formas de Resistência nos Espaços Urbanos. In: **Programação e Caderno de Resumos do 1º Colóquio Internacional Atividades e Afetos**. Belo Horizonte: UFMG, p. 189-190, 2008. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/atividadeseafetos/teste1/137/trabalho1.pdf>ZALUAR, Alba;

ZANETTI, Daniela. Cenas da periferia: autorrepresentação como luta por reconhecimento. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.11, n.2, maio/ago. 2008, p. 1-16.